



**ENAN
PUR 2023**

Belém 22 a 26 de maio



A questão alimentar para além da economia formal: o potencial das outras economias na promoção de sistemas agroalimentares sustentáveis

Tomás de Faria Balbino¹
Bruno Siqueira Fernandes²
Sibelle Cornélio Diniz³

Sessão Temática 11: Novas interpretações possíveis para a questão urbana e regional

Resumo. O presente trabalho se insere no contexto de crise do antropoceno, intensificado pelo capitalismo neoliberal, onde se tem o aumento da fome acompanhado pela estruturação de um sistema agroalimentar globalizado e repleto de contradições, além de um mercado de trabalho que não consegue mais absorver toda a mão de obra no setor formal. Desse modo, o objetivo do trabalho é analisar as contradições e as possibilidades nas relações que existem entre a questão alimentar, a perspectiva dos sistemas agroalimentares e a das outras economias, e discutir como arranjos institucionais e princípios econômicos presentes em formas de organização econômica diferentes da economia de mercado capitalista, apresentam atributos importantes para a construção de sistemas agroalimentares sustentáveis. Percebe-se que as fragilidades do sistema agroalimentar hegemônico impedem o acesso universal ao alimento de qualidade, enquanto é perceptível uma maior capacidade das outras economias, fundamentadas na noção da economia substantiva, em promover sistemas agroalimentares alternativos que sejam mais justos, saudáveis e sustentáveis.

Palavras-chave. outras economias; economia substantiva; sistemas agroalimentares.

The food issue beyond the formal economy: the potential of other economies in promoting sustainable agro-food systems

Abstract. The present work is inserted in the context of the Anthropocene crisis, intensified by neoliberal capitalism, where there is an increase in hunger accompanied by the structuring of a globalized agri-food system full of contradictions, in addition to a labor market that can no longer absorb all the workforce in the formal sector. In this way, the objective of the work is to analyze the contradictions and possibilities in the relationships that exist between the food issue, the perspective of agri-food systems and that of other economies, and to discuss how institutional arrangements and economic principles present in different forms of economic organization capitalist market economy, have important attributes for the construction of sustainable agri-food systems. It can be seen that the weaknesses of the hegemonic agri-food system prevent universal access to quality food, while a greater capacity of other economies, based on the notion of the substantive economy, is perceptible to promote alternative agri-food systems that are fairer, healthier and more sustainable.

Keywords: other economies; substantive economy; agri-food systems.

La cuestión alimentaria más allá de la economía formal: el potencial de otras economías para promover sistemas agroalimentarios sostenibles

Resumen. El presente trabajo se inserta en el contexto de la crisis del Antropoceno, agudizada por el capitalismo neoliberal, donde hay un aumento del hambre acompañado de la estructuración de un sistema agroalimentario globalizado lleno de contradicciones, además de un mercado laboral que ya no es capaz de absorber toda la mano de obra del sector formal. Así, el objetivo de este trabajo es analizar las contradicciones y posibilidades en las relaciones que existen entre la cuestión alimentaria, la perspectiva de los sistemas agroalimentarios y la de otras

¹ Pós-Graduação em Economia – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar/UFMG)

² Pós-graduação em Geografia – Instituto de Geociências (IGC/UFMG)

³ Docente na Faculdade de Ciências Econômicas (FACE/UFMG)

economías, y discutir cómo los arreglos institucionales y los principios económicos se presentan en las formas de organización económica. diferentes a la economía de mercado capitalista, tienen importantes atributos para la construcción de sistemas agroalimentarios sostenibles. Se percibe que las debilidades del sistema agroalimentario hegemónico impiden el acceso universal a alimentos de calidad, mientras que otras economías tienen una mayor capacidad, a partir de la noción de economía sustantiva, para promover sistemas agroalimentarios alternativos más justos, saludables y sostenibles.

Palabras clave: otras economías; economía sustantiva; sistemas agroalimentarios.

1. Introdução

A atualidade do “Planeta Fome”, denunciado por Elza Soares em 1953, é um ponto de partida que nos convida a refletir sobre as causas e as possíveis soluções para a fome, que, embora seja uma questão estrutural relacionada ao sistema fundamentado no capital, adquire novas causas, formatos e expressões ao longo do tempo. Com a pandemia da Covid-19, fica ainda mais evidente a fragilidade da proteção social para o combate à fome, tanto no âmbito nacional quanto no internacional. No Brasil, o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN, 2022) indica que, em 2022, 33,1 milhões de pessoas estão em situação de fome, o que representa 15,5% da população brasileira.

Nas últimas décadas, tem sido possível observar a profunda conexão entre os problemas relacionados à alimentação e os processos mais gerais do sistema capitalista. O neoliberalismo tem como expressão principal a incorporação de várias esferas da vida social à lógica de mercado capitalista, o que engendra um contínuo processo de precarização do trabalho, incapacidade de absorção de um excedente estrutural de força de trabalho, mudanças climáticas e outros processos que vem agravando o problema da distribuição e acesso à alimentação no mundo como um todo. Consequências de uma era, o Antropoceno, onde a intervenção do humano no meio ambiente adquire a expressão de uma força geológica, capaz de alterar radicalmente os meios elementares necessários para a vida na terra (Chakrabarty, 2021; Fraser e Jaeggi, 2020).

Algumas perspectivas teóricas se anunciam no horizonte como pertinentes para a compreensão de nossa crise multifacetada. Do ponto de vista da questão alimentar, a perspectiva dos sistemas agroalimentares repercute as estruturas de relações construídas em torno da produção, distribuição e consumo de alimentos. Percebe-se que o sistema agroalimentar hegemônico apresenta inúmeras contradições sociais, econômicas, culturais e ambientais em sua essência. O controle do comércio e da distribuição, as monoculturas, o tipo de insumo, o desmatamento, a escassez de água, a desertificação do solo, a emissão de gases de efeito estufa, a precarização do trabalho, a supressão de meios de vida tradicionais, a produção de alimentos ultraprocessados, entre outras, revela um sistema relacionado a diferentes percalços da crise (FAO, 2018; Van der Ploeg, 2021).

Do ponto de vista econômico, a crise do capitalismo neoliberal, o fim do Estado de Bem-Estar Social e a crescente extração financeira das classes populares (Gago, 2017; 2018), tem produzido uma dinâmica econômica cada vez menos apta a absorver mão de obra disponível (Fraser e Jaeggi, 2020; Coraggio, 2000). Atualmente já se fala em uma “vida sem salário” (Denning, 2010) como fenômeno generalizado entre sujeitos do Sul Global. Cada vez mais as classes e os setores populares se encontram desprovidos de renda, sem cobertura de sistemas de proteção social e sem nenhuma política pública consistente orientada para este grupo, gerando uma crise de reprodução continuada para as camadas mais vulneráveis da sociedade. Diante da dificuldade em conseguir um trabalho assalariado que assegure uma vida decente, as famílias empobrecidas se engajam cada vez mais na produção de novas iniciativas para garantir a sobrevivência desde baixo (Gago, 2017; Coraggio, 2000).

Esses fenômenos se conectam à necessidade de promover sistemas agroalimentares alternativos, justos e sustentáveis. É uma questão tratada em relatórios recentes sobre segurança alimentar e nutricional (FAO, 2018, 2022; II VIGISAN, 2022). A crise do trabalho, somada à questão alimentar, evidencia mais uma das contradições da economia capitalista, na medida em que os bens essenciais à vida, como o alimento e terra, se tornam mercadorias e acabam impedindo a reprodução coletiva em escala ampliada. Na esteira da crise, os sistemas agroalimentares alternativos, baseados na soberania alimentar, nos mercados territoriais e na agricultura camponesa (Van der Ploeg, 2021), apresentam princípios econômicos e arranjos institucionais que os diferenciam da formalização da economia de mercado, representando outras formas possíveis de organização econômica para além do capitalismo - o que vem sendo chamado de economia popular, economias diversas e outra economia (Coraggio, 2000; Gibson-Graham, 2008; Cattani et al, 2009; Gago, 2018; Jaeggi, 2018).

O reconhecimento de práticas econômicas diversas presentes nos territórios, para além daquelas associadas à economia capitalista de mercado, tem sido um esforço crescente feito por diferentes vertentes da teoria crítica, como a teoria urbana, a economia feminista, a sociologia rural e os estudos decoloniais. O conceito de economia substantiva, proposto por Polanyi (2012b), aparece como ponto de ancoragem para o reconhecimento da diversidade de modos de se fazer economia, uma vez que define a relação entre sociedade e meio como instituída e, portanto, passível de ser alterada à medida em que se definem novos princípios orientadores para a atividade econômica. Como nos diz Coraggio (2014, p. 18, tradução nossa), “a lição de Polanyi” é a de que “não há uma realidade econômica necessária a que se deveria adaptar ou morrer, ao contrário, a partir de qualquer economia empírica, outras economias são sempre possíveis”. Essa interpretação é evidenciada pela miríade de arranjos institucionais que se apresentam como alternativas mais democráticas e mais justas ao capital, como a autogestão, a domesticidade, a reciprocidade, a redistribuição, entre outros.

Portanto, o presente artigo busca discutir as relações entre a questão alimentar, os sistemas agroalimentares e as outras economias, apresentando como arranjos institucionais e princípios econômicos de outras formas de organização econômica, diferente da economia de mercado capitalista, apresentam atributos importantes para a construção de sistemas agroalimentares sustentáveis. Experiências em curso apontam pra o potencial dessas economias na promoção dos sistemas agroalimentares, mas o reconhecimento e a valorização dessas formações sociais ainda são incipientes e precários, tendo em vista suas possibilidades.

2. Uma reflexão sobre a questão alimentar e os sistemas agroalimentares.

A questão alimentar é um problema histórico das sociedades capitalistas. Ainda assim, o acesso universal ao alimento de qualidade e a superação do fenômeno da fome não aparecem como prioridades para muitos governantes, passando despercebidos em discussões sobre prioridades de políticas públicas (Rocha & Burity, 2021). Apesar disso, dois conceitos se tornaram centrais para lidar com a questão alimentar. O direito humano à alimentação, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi definido como o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), elaborado pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU em 1999. É um direito que se realiza quando cada pessoa tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção (Fian Brasil, 2020). Além do DHAA, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), elaborado pela sociedade civil durante a Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, em 1986, é definido pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos, em quantidade e qualidade suficientes (Consea, 2004).

Com a Constituição de 1988 e a contribuição desses conceitos, as políticas alimentares, de fortalecimento da agricultura familiar, de valorização do salário real, juntamente às políticas de transferência de renda, se tornaram importantes mecanismos para o combate à fome nas últimas

décadas, o que garantiu ao país a saída do Mapa da Fome das Nações Unidas em 2014 (Rocha & Burity, 2021). No entanto, a Insegurança Alimentar Grave voltou a crescer na sociedade brasileira nos anos recentes. Segundo o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar (Rede PENSSAN, 2022), há um agravamento da insegurança alimentar no Brasil, fortalecido no contexto da pandemia da Covid-19. Os resultados da pesquisa revelam que, em 2022, apenas 41,3% dos estabelecimentos brasileiros estavam em situação de Segurança Alimentar, enquanto 15,5% estavam em situação de Insegurança Alimentar Grave, o que configura a situação de fome, em que a pessoa sofre uma forte privação de alimentos. Para além do agravamento gerado pela crise sanitária, o desmonte de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Bolsa Família (PBF), a má gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o sucateamento de instituições responsáveis pela proteção social são fatores que impulsionaram a crise.

Como a questão alimentar está relacionada a diferentes processos que perpassam o modo de viver e de se organizar das populações, a perspectiva dos sistemas agroalimentares tem ganhado relevância, atentando-se para a complexidade das redes que envolvem o acesso ao alimento saudável, passando pela produção, processamento, distribuição e comercialização dos produtos. Os sistemas agroalimentares podem ser definidos como sistemas complexos que envolvem as pessoas, os insumos, os processos, as infraestruturas e as instituições, onde há ações e interconexões que vão desde a produção de alimentos até a forma como o alimento é preparado, consumido e descartado (Machado et al., 2022). Van der Ploeg (2021) define os sistemas agroalimentares como fluxos organizados de bens, serviços e informações, que vão desde a produção primária até o consumo final, e que dependem de uma infraestrutura técnico-institucional para a circulação do alimento. Segundo a FAO, três grandes grupos ajudam a caracterizar os sistemas agroalimentares: as cadeias de abastecimento, que definem as possibilidades da disponibilidade e do acesso aos alimentos, da produção, distribuição e processamento de alimentos; o ambiente alimentar, que relaciona o sistema alimentar ao contexto físico, econômico, político e cultural; e a escolha/comportamento alimentar individual, que diz respeito à perspectiva do consumidor (Machado et al., 2022).

Como discute Van der Ploeg (2021), o sistema agroalimentar hegemônico e vigente é marcado pelas seguintes características: i) globalização e monopolização dos circuitos de produção e distribuição de alimentos, influenciando negativamente as culturas alimentares, modificando modos de produzir e consumir e levando, conseqüentemente, à perda de tradições culinárias; ii) oferta massiva de alimentos ultraprocessados (ricos em sódio, açúcar, gorduras e aditivos químicos), gerando inúmeros prejuízos para a saúde humana; iii) monoculturas de grãos controladas pelas empresas que fornecem sementes, insumos e fertilizantes químicos, onde se produzem os insumos básicos dos alimentos ultraprocessados e das rações para a criação animal, como soja e milho; iv) financeirização das cadeias produtivas do alimento, o que gera um círculo vicioso de endividamento em torno da produção dos alimentos; v) concentração das redes de abastecimento, geralmente em grandes redes de supermercados, o que faz com que a comercialização e distribuição de alimentos sejam controladas por essas redes; vi) e por ser o principal responsável pelas mudanças climáticas (Crippa et al., 2021), em especial no Brasil, uma vez que o aumento de áreas voltadas para a pecuária, agricultura e/ou florestas plantadas é o principal causador de desmatamento.

Desse modo, ao nos atentarmos para a organização da produção do alimento, a partir do sistema agroalimentar hegemônico, percebe-se que são processos fundamentados em grandes cadeias globalizadas e que promovem uma desconexão entre as esferas da produção, beneficiamento e consumo (Grisa et al., 2021), e que suas formas de organização impactam o uso do solo, a quantidade, qualidade e a diversidade dos alimentos consumidos e, conseqüentemente, a saúde, o meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas (Machado et al., 2022). São modelos produtivos cada vez mais especializados e artificializados, que rompem com a dinâmica de manutenção de equilíbrios ecológicos e com práticas e conhecimentos locais

(Grisa et al., 2021). Portanto, o sistema agroalimentar hegemônico é essencialmente ligado ao aumento das emissões de gases de efeito estufa na atmosfera e à deterioração dos ecossistemas, o que gera a desertificação e lixiviação do solo e a intoxicação dos lençóis freáticos. Isso, por sua vez, gera um agravamento da crise alimentar, a partir da redução da biodiversidade, das espécies alimentícias e dos animais polinizadores (Machado et al., 2022).

Tais considerações permitem observar as fragilidades que cercam o sistema agroalimentar atual. Um ponto importante para compreender essas fragilidades são os impérios alimentares. A infraestrutura sob a qual está o sistema alimentar hegemônico é controlada por esses impérios, que organizam e coordenam os fluxos alimentares de forma que sejam orientados para o lucro (Van der Ploeg, 2021). Esses impérios são as grandes redes que controlam a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos, tendo como objetivo a apropriação do valor gerado na produção, no processamento e distribuição de alimentos, o que tem sido alcançado com êxito nas últimas décadas (Mooney, 2017 apud Van der Ploeg, 2021). Apesar de também serem proprietários da infraestrutura que hospeda o sistema agroalimentar, há uma tendência dos impérios alimentares se afastarem dessa função e exercerem o poder através do controle das conexões entre os diferentes componentes da infraestrutura, como os estabelecimentos agrícolas, as fábricas de processamento etc. (Van der Ploeg, 2021). A partir desse controle, os impérios alimentares passam a definir padrões, fazendo com que haja a exclusão de produtos que não se adequam aos requisitos, o que gera uma supressão da produção de alimentos produzidos a partir dos conhecimentos e sistemas locais.

Para que os impérios alimentares exerçam um comando sobre o sistema agroalimentar é necessária uma dependência ao capital financeiro, “sendo a financeirização a estratégia principal e ao mesmo tempo um importante resultado” para o funcionamento dos impérios alimentares (Van der Ploeg, 2021, p.12). No entanto, a financeirização implica em um sistema agroalimentar comandado por impérios altamente endividados, que utilizam novos instrumentos financeiros para garantir sua expansão, sendo necessário um sistema de crédito e seguros para que as cadeias globais funcionem normalmente, ao mesmo tempo em que as empresas precisam de um crescimento contínuo para poder refinar as dívidas e os custos financeiros. Segundo Van der Ploeg (2021, p.15), essas características, fundamentadas no alto endividamento, fazem parte das estratégias de funcionamento dos impérios alimentares, que se resumem na construção do império, por meio da aquisição acelerada de outras empresas, e na aquisição de ações pela própria empresa, que permite aumentar o valor total para os acionistas a partir de créditos de baixo custo obtidos no mercado de capitais.

Desse modo, percebe-se que o sistema alimentar comandado pelos impérios alimentares apresenta fragilidades multidimensionais, nas escalas econômica, ambiental, sanitária e social. A globalização das cadeias alimentares e a dependência gerada, juntamente à financeirização dos processos de produção, processamento e distribuição de alimentos, somam-se à redução das taxas de emprego, à precarização do trabalho e às poucas condições de permanência da juventude no campo, caracterizando grandes fragilidades econômicas do sistema. Os incentivos às monoculturas, a marginalização da agricultura camponesa e o afastamento dos ciclos de reprodução da natureza representam, ainda, fragilidades ambientais e sanitárias do sistema, que resultam na intensificação da alimentação artificializada e seus riscos à saúde, em uma agricultura que é ao mesmo tempo suscetível e geradora de doenças, e ao desperdício de alimentos e terras que se voltam para o sustento da atividade pecuária, enquanto aumenta a presença dos desertos alimentares (Van der Ploeg, 2021).

Todas essas fragilidades têm como consequências sistemas alimentares mais vulneráveis a choques econômicos e ambientais, colocando em risco a soberania e segurança alimentar de diversas populações (Clapp; Isakson, 2018 apud Van der Ploeg, 2021). Isso pode ser observado diante da pandemia da Covid-19, na qual a configuração do sistema agroalimentar global foi fortemente impactada pela redução da demanda e por rupturas de cadeias de produção, tendo em vista os elos de interdependência que caracterizam esse sistema e que se estendem no

tempo e no espaço. Essa circunstância levou a uma crise no sistema alimentar, marcada pela redução da produção e comercialização de alimentos, pela escassez de alimentos e pelo aumento na inflação dos alimentos, com efeitos mais devastadores para os países do Sul Global. No Brasil, a dificuldade de acesso aos alimentos está fortemente ligada à organização dos sistemas agroalimentares, que se relacionam com a desigualdade social do país. As famílias ricas gastam 627% a mais que as famílias pobres, e as redes de abastecimento urbanas focam em suprir as necessidades dos grupos mais ricos, e não em priorizar a garantia da segurança alimentar e nutricional da população (Belik, 2020).

Portanto, a incapacidade de os sistemas agroalimentares absorverem esses choques demonstra a crise em que o sistema está e continuará a estar, o que se deve ao domínio exercido pelo capital em todas as fases de produção, circulação e consumo de alimentos e outros produtos e serviços (Van der Ploeg, 2021). Para tanto, entender os embasamentos teóricos e políticos do sistema a ser superado é importante na promoção de novos sistemas, pois permite identificar e situar as suas contradições como parte de um todo, a partir de sua gênese, facilitando decifrar um sistema que é tão complexo.

3. Economia de mercado e economia substantiva: conceitos para a interpretação dos sistemas agroalimentares.

O sistema agroalimentar hegemônico é uma representação da economia de mercado, tal como define Polanyi (2012a). Para o autor (Polanyi, 2012a, p.99), a economia de mercado é “um sistema de mercados autorregulados[...] uma economia dirigida por preços de mercado e nada além de preços de mercado”. É uma perspectiva da economia que possui um significado formal, que deriva da lógica e que se preocupa com a alocação ótima de recursos escassos, o que só é possível via um mercado regulado pelas leis da oferta e da demanda. Por isso, o modo de produção e as relações de troca são motivadas pela acumulação do capital, com objetivo do lucro e mediadas pelo mercado. Os bens produzidos se tornam mercadorias que circulam no mercado, inclusive os bens produzidos para a subsistência humana, como o alimento. Assim, tem-se a configuração de uma ideia de economia que afasta o fenômeno econômico de sua abordagem ética (Sen, 2000) e de seu sentido substantivo (Polanyi, 2012b)⁴.

A economia de mercado resulta no estabelecimento de uma sociedade de mercado, que se rege pelo princípio econômico da troca autorregulada (negociar, transacionar e comerciar), com padrões institucionais específicos e separados do restante da sociedade, no caso, o padrão de mercado, o que é algo inédito na história humana, empenhado pela revolução industrial e pela instituição do mercado capitalista. É o padrão institucional do mercado que gera o que Polanyi (2012a) define como o desenraizamento da economia (“embeddedness”) do restante da sociedade. Assim, na economia de mercado o sistema econômico é “controlado, regulado e dirigido” pelos preços de mercado, que se responsabiliza pela produção e distribuição de bens e serviços. Como afirma Polanyi (2012a, p.129), “é uma economia que decorre da expectativa de que os seres humanos se comportem de modo a alcançar o máximo de ganhos monetários”.

Portanto, a autorregulação dos mercados implica que toda a produção é destinada para a venda no mercado e todas as rendas só serão possíveis a partir dessa venda. Com base nisso, trabalho, terra e dinheiro tornam-se mercadorias, sendo seus preços definidos pelo salário, renda e juros. No entanto, terra, trabalho e dinheiro nunca foram considerados mercadorias em outras sociedades, mas sim elementos da organização social e regulados por costumes e normas de cada grupo. Por isso, Polanyi (2012a) argumenta que o que há, na verdade, é a ficção da economia de mercado em transformar trabalho, terra e dinheiro no que claramente não são, ou seja, criando mercadorias fictícias.

⁴ O distanciamento entre ética e economia resultou da exclusão dos preceitos da Filosofia Moral na teoria econômica e a conseqüente concretude da visão do *Homo Economicus*, presumindo que o comportamento real dos seres humanos é racional e, por isso, maximizador do seu próprio interesse (Polanyi, 2012b).

Essa característica da economia de mercado evidencia a incapacidade do sistema agroalimentar hegemônico em garantir a segurança alimentar, pois considera o alimento e os meios necessários para acessá-lo como mercadorias. O alimento, bem básico para a sobrevivência humana, torna-se mercadoria, sendo acessado somente via mercado, privando os despossuídos de renda de se alimentarem com qualidade. Dessa forma, a segurança alimentar não será garantida pelo livre mercado, sendo necessário o Estado e a sociedade civil atuarem em prol da sua promoção (Van der Ploeg, 2021). Além disso, reflete a impossibilidade de garantir os processos de produção, processamento e distribuição de forma ambientalmente sustentável, uma vez que a ficção gerada pela economia de mercado representa uma desintegração dos seres humanos e da natureza, o que “desarticula as relações humanas e promove a ameaça de aniquilação do seu habitat natural” (Polanyi, 2012a, p.97). Como aponta Polanyi (2012a, p.51) um mercado capaz de ajustar a si mesmo implica um flagrante utopia, só sendo possível existir de maneira duradoura aniquilando a subsistência humana e natural da sociedade.

Por outro lado, pode-se atribuir à economia um significado substantivo (Polanyi, 2012b), distinto da ideia de economia formal, tratada até aqui. Esse significado deriva da dependência do homem da natureza e das pessoas que vivem à sua volta. Como afirma Polanyi (2012b, p.243, tradução nossa), em seu sentido substantivo a economia “refere-se ao intercâmbio humano com seu ambiente natural e social, na medida em que isso resulta em fornecer-lhe os meios de satisfação de necessidades materiais”. No significado substantivo, as escolhas não são induzidas pelo efeito limitador da escassez de recursos, mas sim pela satisfação das necessidades materiais, a partir do uso dos recursos disponíveis.

A partir dessa definição, é possível visualizar que a economia de mercado não é a única forma de organizar a vida econômica. A organização econômica é uma prática presente em qualquer sociedade humana, pois é necessária para viver e se reproduzir. Na essência das organizações econômicas primitivas analisadas por Polanyi (2012a, 2012b), tem-se uma economia humana enraizada nas relações sociais, em que os bens materiais são vistos como relevantes para garantir a subsistência e o bem-estar social, sendo os interesses econômicos guiados pelos interesses sociais. Os princípios econômicos da reciprocidade, redistribuição e domesticidade fundamentaram essas economias, sendo organizados por padrões institucionais de simetria, centralidade e autarquia, respectivamente, e a produção e distribuição de bens era assegurada por princípios gerais de conduta, como costumes, leis, magia e religião, que disciplinavam as motivações individuais e definia como o indivíduo agia no sistema econômico (Polanyi, 2012a).

Desse modo, a partir dos aportes teóricos fornecidos por Polanyi (2012a; 2012b), é possível destacar a existência de uma variedade de instituições que foram e são responsáveis pela organização econômica da vida. Sendo organizações enraizadas nas relações sociais, essas economias se fundamentam na satisfação das necessidades materiais, tanto em nível de subsistência como para a ampliação da qualidade de vida (Coraggio, 2000). Como são economias que não seguem as normas que institucionalizam a lógica de mercado capitalista, o significado formal não consegue explicá-las, sendo o sentido substantivo uma definição importante para a compreensão dessas formas e organizações.

4. A diversidade das outras economias

A partir do conceito de economia substantiva, torna-se possível visualizar e compreender outras formas do fenômeno econômico. O Dicionário Internacional da Outra Economia (Cattani et al., 2009) também apresenta o conjunto de ideias, realizações e conceitos em torno da outra economia, que é definida no documento como “alternativa material e humana superior à economia capitalista” (Cattani, 2009, p.6). É, portanto, uma definição de caráter político, que surge a partir das impressões, participação e resistência dos movimentos sociais, que encontram nas outras economias uma melhor representação teórica e conceitual do fenômeno econômico existente entre os grupos sociais populares, marginalizados, que se reproduzem na diversidade dos territórios do país. Como discute Jaeggi (2018), uma forma de compreender essas outras

formas é propondo um “conceito amplo” para a economia, compreendendo-a como práticas econômicas interconectadas a outras práticas sociais.

A definição de dois circuitos da economia urbana nos países periféricos, proposta Milton Santos (2008), é um ponto de partida para entender a realidade dessas práticas econômicas no contexto latino-americano. Segundo o autor, dois circuitos configuram a economia urbana no continente, um circuito superior e outro inferior. Enquanto no circuito superior imperam as atividades intensivas em capital, com emprego de alta tecnologia e a internacionalização das relações mercantis, o circuito inferior é formado por uma miríade de práticas populares e informais, com trabalho intensivo, baseado em sistemas de conhecimento específicos, com forte articulação com os territórios e periferias das cidades. No contexto brasileiro e latino-americano, os conceitos de Economia Popular e Solidária (Coraggio, 2000; Singer, 2002; Gaiger, 2009; Diniz, 2016; Gago, 2018), de Economia Feminista (Federici, 2018; Gago, 2019) e as definições em torno da população camponesa brasileira (Candido, 2017; Ribeiro, 1997; Galizoni, 2005) ajudam a compreender o complexo das outras economias presente na sociedade latino-americana.

Diante da crise do capitalismo neoliberal e da conseqüente incapacidade em garantir a entrada nos circuitos formais da economia capitalista, essas formas de organização se tornam cada vez mais evidentes e presentes nos grupos populares, fortalecendo-se mediante a exclusão gerada pelo sistema capitalista. É uma crise marcada pela queda dos rendimentos e o desmantelamento dos sistemas de previdência e proteção social, o que faz com que “a sobrevivência para as maiorias populares se torne cada dia mais difícil” (Coraggio, 2000, p.91). Desse modo, as famílias empobrecidas tentam novas iniciativas para sobreviver, construindo e fortalecendo outras formas de organização e práticas econômicas.

Coraggio (2000) apresenta uma definição importante para compreender as outras economias, que joga luz não apenas às formas que se criam diante da crise de emprego no capitalismo, mas também às históricas formas de organização econômica presente na sociedade humana e que se desenvolvem nos interstícios do capitalismo (Polanyi, 2012a; Gibson-Graham, 2008). Para o pensador argentino, a diferença entre a economia de mercado e a economia dos setores populares está na racionalidade motivadora desses fenômenos. Se na economia de mercado é a racionalidade utilitarista e a busca pelo lucro que motiva e orienta as ações dos agentes econômicos, na economia dos setores populares é uma racionalidade da reprodução da vida, voltada para a garantia do que é moralmente entendido como necessário para a sobrevivência e, também, com a preocupação ampliada em torno da melhoria estrutural da qualidade de vida, sendo assim, motivações conduzidas pela reprodução ampliada da vida (Coraggio, 2000).

Uma perspectiva substantiva para a reprodução da vida aponta para diversas formas econômicas identificadas na sociedade contemporânea, desde aquelas que se formam a partir da crise do capital, o que força a promoção de práticas econômicas fora do mercado por parte dos grupos populares, como aquelas que historicamente fazem parte das sociedades tradicionais, indígenas e camponesas, que fundamentam uma cultura e uma visão de mundo diferente da visão urbano-industrial da sociedade moderna. Essas outras economias representam um conjunto de expressões e lógicas sociais, princípios econômicos e arranjos institucionais que fundamentam as diferentes manifestações substantivas do fenômeno econômico (Cattani et al., 2009), e representam a persistência de formas tradicionais regidas pelos princípios de cooperação, solidariedade, autogestão, sustentabilidade, inclusão e emancipação social (Souza Santos e Hespanha, 2009).

No entanto, longe de ser um fenômeno plenamente definido, o entendimento das outras economias é na verdade um esforço incipiente e constante para tentar interpretar e compreender a complexidade do fenômeno econômico na diversidade social. Gibson-Graham (2008) contribuem para essa perspectiva com a definição de ‘economias diversas’, propondo performar novos mundos econômicos, tendo no conceito uma perspectiva ontológica da diferença econômica. A definição do termo busca englobar a variedade de transações econômicas,

práticas de trabalho e organizações econômicas que são constituídas por diferentes grupos para a garantia das condições e da qualidade de vida. As autoras propõem uma estrutura para compreender as economias diversas a partir da tríade entre transações, trabalho e iniciativas/negócios/empreendimentos. As transações englobam os mercados alternativos (comércio justo, moedas alternativas, permuta, etc.) e as formas de transação que não ocorrem via mercado (doações, intercâmbio indígena, fluxos domésticos, transações do Estado, coleta, roubo, etc.). O trabalho envolve as formas que diferem da venda de mão de obra por pagamento de salários, evidenciando formas alternativas de pagamento (trabalho por conta própria, cooperativa, trabalho recíproco, etc.) e formas de trabalho que não envolvem pagamento (cuidados familiares, tarefas domésticas, trabalho voluntário, trabalho escravo, etc.). As iniciativas englobam aquelas que se diferenciam dos negócios capitalistas, como as formas alternativas (empresas estatais, ONGs, etc.) e as não capitalistas (comum, independente, feudal, escravo) (Gibson-Graham, 2008, tradução nossa)

Segundo as autoras (Gibson-Graham, 2008), essas práticas econômicas são atualmente mais prevalentes, contabilizam mais horas trabalhadas e mais valor produzido que o setor capitalista. São práticas globalmente extensivas e com potencial de gerar mais impacto no bem-estar social que as práticas capitalistas. Algumas experiências podem ser exemplificadas, como mencionam Gibson-Graham (2008), a partir de diferentes referências na literatura: as práticas que estão centradas no cuidado e na provisão de bem-estar material, baseadas em uma ética do cuidado, são experiências não mercantis e sem remuneração, mas presentes em todos os domicílios do mundo; as cooperativas de produtores, trabalhadores e consumidores, baseadas em uma ética da solidariedade e que distribui os rendimentos econômicos para todos os membros e comunidade; os movimentos que colocam o cuidado com o meio ambiente, as paisagens e os modos de vida como centro da atividade econômica; os bancos comunitários e as moedas sociais e complementares, que permitem circuitos financeiros alternativos; o terceiro setor, organizado por cooperativas, organizações voluntárias, associações, sociedades mútuas, entre outros, que colocam os objetivos sociais acima do objetivo econômico; as redes financeiras informais, que fornecem crédito e democratizam o financiamento do desenvolvimento.

Além dessas, outras atividades econômicas e movimentos podem ser colocados no arcabouço das outras economias, em especial atividades voltadas para a alimentação, como o uso e a gestão comum de recursos como terra e água, as atividades coletivas para a agricultura (mutirões), as práticas de reciprocidade e solidariedade que fundamentam trocas e doações de alimentos, as multifuncionalidades da agricultura, que são importantes para a manutenção de culturas, sistemas de conhecimento e paisagens, entre outros. Desse modo, se por um lado o sistema agroalimentar hegemônico é incapaz de garantir a segurança alimentar, uma vez que se fundamenta na economia de mercado e transforma o alimento em mercadoria, por outro, formas de organização e práticas econômicas fundamentadas em arranjos institucionais e princípios econômicos voltados para a reprodução da vida se mostram de grande relevância para a promoção de sistemas agroalimentares sustentáveis.

5. O potencial das outras economias na promoção de sistemas agroalimentares sustentáveis

5.1 As outras economias e o alimento como necessidade humana

Segundo Van der Ploeg (2021), é possível apontar alguns componentes importantes e necessários para a promoção de alternativas ao sistema agroalimentar hegemônico, como a agricultura camponesa, a soberania alimentar, os mercados territoriais e a agroecologia. O relatório *The State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI)* (FAO, 2022) tem alertado sobre a necessidade de mudanças no sistema alimentar hegemônico, enquanto o Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) (Mbow et al., 2019) destaca o papel da agroecologia para a promoção desses sistemas, tendo em vista que o direito humano à

alimentação adequada é um preceito básico desse modo de produção de alimentos. Como atesta o II VIGISAN (2022, p.18), é necessária uma “agenda de reconstituição das instituições públicas e de reorientação das estruturas econômicas, políticas e sociais no Brasil”, que permitirá a promoção de sistemas voltados para arranjos institucionais territorializados, aproveitando as condições endógenas para a produção agrícola sustentável, os circuitos curtos de comercialização, distribuição e troca, e contribuindo para a manutenção de dietas alimentares tradicionais.

O relatório da comissão Eat-Lancet (2019) sugere algumas mudanças estruturais necessárias para alcançar um sistema alimentar predominantemente sustentável: aumentar a ingestão de comidas à base de plantas e grãos, diminuir o consumo de alimentos de origem animal; investir na biodiversidade alimentar; consumir produtos de origem local; buscar formas de produzir que sejam sustentáveis; promover o acesso à terra aos agricultores camponeses; pensar em formas de combater o desperdício de alimento. A FAO (2018) também apresenta seis vias para a transformação dos sistemas alimentares, a fim de acabar com os principais fatores da insegurança alimentar, a má nutrição e a inacessibilidade de dietas saudáveis: ampliar a resiliência climática em distintos sistemas alimentares; fortalecer a resiliência da população mais vulnerável diante das crises econômicas; intervir nas cadeias alimentares para reduzir os custos dos alimentos nutritivos; combater a pobreza e as desigualdades estruturais; fortalecer os ambientes alimentares; e promover hábitos de consumo alimentar que tenham impactos positivos na saúde e no meio ambiente.

Todas essas composições fazem parte ou se relacionam com as outras economias, uma vez que representam diferentes arranjos institucionais responsáveis pela produção, distribuição e consumo de alimentos, como a autogestão, a produção agroecológica, as formas de comércio e troca pautadas na ideia de justiça e solidariedade, a gestão e o uso de bens comuns, entre outros. Desse modo, podemos definir que o potencial das outras economias para a promoção dos sistemas agroalimentares alternativos está fundamentado no sentido substantivo que elas carregam. Pela racionalidade da reprodução da vida, que tem na economia o meio responsável pela dimensão material dessa reprodução, o alimento é essencialmente o item primordial a ser garantido pela organização econômica dos grupos sociais. Como menciona Coraggio (2014, p.4) “a reprodução social é muito mais que a reprodução da base material da vida, porém, sem essa base não há vida social, mesmo com todas as suas contradições”.

Partindo disso, a contribuição de Candido (2017), a partir do conceito dos meios de vida, nos permite observar a centralidade das outras economias diante da questão alimentar. Como se percebe no estudo de Candido (2017), a alimentação é um recurso vital por excelência, estando, assim, associada às formas com que as relações humanas são constituídas, estando fortemente imbuídas de “resoluções culturais”. Como propõe o autor (Candido, 2017, p.35), “vida, meio e grupo se integram e unificam muitas vezes em função do alimento”. Pela definição do autor, os meios de vida englobam a existência de necessidades, e de materialidades (relações com a natureza) e sociabilidades (organização social) responsáveis por suprir essas necessidades, isto é, remetem ao vínculo entre o humano e a natureza responsável pelo equilíbrio social entre a satisfação das necessidades humanas, os recursos disponíveis e as relações que as organizam (Candido, 2017).

A obtenção do equilíbrio social configura a conexão existente entre as outras economias e a alimentação. Como afirma Candido (2017), sendo o alimento um bem de relevância imediata para a subsistência humana, sua obtenção passa por soluções que permitam explorar o meio físico para obtê-lo, mas também pelo estabelecimento de uma organização social compatível com elas. Assim como a fome exige satisfação constante, o acesso ao alimento requer uma organização social adequada. Como afirma Goodfellow (1939, p.260 apud Candido, 2017, p.30), “o homem não precisa apenas de comida, mas de uma organização para obter comida”, assim, diferentes equações são socialmente construídas para que o ajuste ao meio e a organização social sejam capazes de suprir as necessidades (Candido, 2017).

A partir da contribuição de Cândido (2017), podemos visualizar que há o ajustamento do camponês e do cidadão, de quem possui renda para acessar o mercado de alimentos e de quem não possui, de quem se vale somente do mercado para suprir essa necessidade e de quem possui outros arranjos institucionais para garantir o alimento, de quem entende o alimento como mercadoria e de quem vê nele um bem vital e de direito comum para todo ser humano. Ou seja, a obtenção do alimento, sua produção e distribuição, constitui-se a partir de um fulcro de sociabilidade (Candido, 2017) que, diante das fragilidades da economia de mercado em garantir o alimento de maneira universal (Polanyi, 2012), tem nas outras economias as diferentes formas culturais de resolver de maneira mais satisfatória os problemas de ajuste ao meio, graças à organização adequada das suas relações.

É por esse conjunto de características que se torna possível atribuir às outras economias a capacidade de forjar alternativas agroalimentares justas e sustentáveis, uma vez que a obtenção do equilíbrio social para suprir a necessidade da fome e da nutrição encontra uma diversidade de formas nessas experiências. Dois atributos são fundamentais para afirmar essa capacidade: as relações entre economia e ética e entre economia e política, dimensões separadas pela economia de mercado (Polanyi, 2012a; Sen, 1999), mas que estão conectadas pelas outras economias (Coraggio, 2014), a partir dos princípios econômicos e dos arranjos constitucionais que as fundamentam, historicamente presentes na espécie humana, como aponta Polanyi (2012a).

A dimensão ética recupera o sentido de economia, que deve prover as condições materiais diretas e indiretas para satisfazer as necessidades de todos os membros da sociedade, o que nos conecta diretamente com a noção de economia como garantidora do Direito Humano à Alimentação Adequada. A relação entre ética e economia está presente nos princípios econômicos que historicamente estão associados com a soberania alimentar, como apresenta Polanyi (2012a) ao discutir o princípio da domesticidade presente em sociedades primitivas. Sen (1999), em seu esforço para compreender as questões relacionadas à fome, pobreza e qualidade de vida, identifica que o principal problema da economia moderna é o afastamento da sua abordagem ética, presente desde o pensamento aristotélico.

Já a relação entre a economia e a dimensão política, para além de estabelecer as contradições que existem na economia de mercado e no caráter político por trás do estabelecimento dessa economia, também recupera o envolvimento dos membros na organização econômica, sendo responsáveis por planejar, definir e coordenar suas interações econômicas, não sendo coagidos a participar das negociações de mercado para prover seu alimento. Essa característica une as outras economias à governança democrática, que representa a atribuição de voz e direitos aos grupos e comunidades diante dos espaços de determinação de políticas públicas, tornando as decisões econômicas mais democráticas e justas.

As dimensões ética e política estão enraizadas nos movimentos sociais de resistência e emancipação, sendo a governança democrática uma construção política que contribui para a resiliência de povos e comunidades diante de crises econômicas, sociais e ambientais (UNTFSSSE, 2020), uma vez que busca proteger os meios pelos quais esses grupos garantem a reprodução da vida. Essas dimensões também se expressam nas outras economias através das suas formas de organização, como a autogestão, a cooperação, a reciprocidade e a solidariedade, que durante as crises são responsáveis pela criação de redes de proteção para todos os membros do grupo ou comunidade, e também pela pavimentação dos caminhos que as outras economias vão prospectar. Por essa razão, as outras economias estão enraizadas nos diferentes movimentos que lutam contra a opressão política presente na economia de mercado, responsável por gerar as inúmeras contradições geradoras da questão alimentar. Como apresentam Molina et al. (2020), esse enraizamento se faz presente nos movimentos que lutam pelo direito à terra, às águas e às florestas, pelo direito à moradia e à alimentação, nos movimentos de desempregados, movimentos ambientalistas, movimentos negros, feministas, em defesa da cultura popular e tantos outros que seguem as veredas emancipatórias.

O caráter ético e político das outras economias são expressões da territorialização dessas economias, que estão enraizadas nas relações sociais ali constituídas (França Filho et al., 2020). Essa característica de territorialização e enraizamento das outras economias também a diferenciam da economia de mercado na promoção dos sistemas alimentares sustentáveis, uma vez que a escala que predomina no sistema hegemônico, como fundamento da economia e mercado, é a escala globalizante das relações, que, segundo Polanyi (2012a), representa um flagrante utopia, além de configurar um enfoque abstrato que domina o pensamento político e econômico contemporâneo (Pádua, 1999).

Com relações econômicas enraizadas, não é somente o preço de mercado, determinado pela oferta e demanda de um bem que são definidores e motivadores das transações em torno dos alimentos. A partir de expectativas mútuas e definições compartilhadas do que significa qualidade e preço justo, essas transações sobrepõem-se às leis de mercado e configuram-se como fenômenos econômicos enraizados nas relações sociais, dotados de um interesse comum associado à dimensão alimentar.

Constituída na escala do território, as outras economias se tornam mecanismos importantes para a promoção dos sistemas alimentares sustentáveis. Isso é expresso pelos mercados territoriais que preconizam práticas de comercialização de alimentos saudáveis, sustentáveis e de pequenos produtores, redes de comercialização local, como feiras e grupos de compras coletivas, como também pelas Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs) (Van der Ploeg, 2021). Além disso, o território também denota a dimensão cultural presente nas outras economias, que se voltam para a provisão de alimentos a partir das redes de troca e de solidariedade, como é o caso do mutirão em torno da produção de alimentos (Candido, 2017) e o uso e a gestão de bens e recursos comuns (Ostrom, 1990; Galizoni, 2005). Além de contribuir para a consolidação de sistemas alimentares sustentáveis, essas experiências os tornam mais resilientes, com importante papel na promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional.

5.2 As experiências das outras economias na promoção de sistemas agroalimentares sustentáveis

A importância das outras economias para a promoção de sistemas agroalimentares alternativos pode ser identificada em diferentes experiências, a partir das características já discutidas acima. Contudo, no contexto da pandemia, em que as cadeias alimentares foram desintegradas de diferentes formas, é ainda mais visível o papel desempenhado por práticas econômicas territorializadas e fundamentadas em princípios econômicos diversos. Como apresenta o documento da Força Tarefa das Nações Unidas para a Economia Social e Solidária (UNFSSE, 2020), em muitos países, observou-se um crescimento significativo de sistemas agroalimentares locais baseados na Economia Social e Solidária, com serviços de entrega de alimentos direto do campo para o consumidor final, como as CSA e os esquemas de cestas de alimentos. Além disso, produtores e consumidores aumentaram suas organizações junto a cooperativas, gerando um aumento dessas organizações e das formas de comercialização, como pelas novas plataformas de venda direta do produtor para o consumidor. O documento também menciona o crescimento de pessoas que passaram a cultivar o próprio alimento, aumentando a diversificação, a qualidade e a resiliência das dietas (UNFSSE, 2020).

Em estudos realizados durante a pandemia (Futemma et al., 2021; Galizoni, 2021), nota-se que os princípios das outras economias orientaram diversas estratégias de obtenção do alimento nas camadas mais populares da sociedade brasileira. Futemma et al. (2021) aponta que, nos estados de São Paulo, Amazonas e Pará, as relações entre pequenos produtores e gestores/técnicos de órgãos governamentais e não-governamentais se fortaleceram durante a pandemia a partir de práticas solidárias. Por um lado, as redes de ações solidárias foram importantes para sustentar as condições de vida dos produtores, tendo em vista que a pandemia e suas conseqüentes crises geram prejuízos na produção. Por outro, os próprios produtores realizaram ações solidárias, promovendo doações de alimentos e produtos de limpeza e higiene

para apoiar grupos sociais que ficaram em condições de vulnerabilidade durante a pandemia. Uma experiência dessas práticas se observou na região do Vale do Ribeira, em São Paulo, onde as comunidades tradicionais caiçaras, com a contribuição do Instituto Socioambiental (ISA), forneceram mais de 500 cestas de produtos de pesca e alimentos da roça de quilombos para o sustento de grupos indígenas Guarani e outras comunidades tradicionais quilombolas (Futemma et al., 2021).

A experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também é relevante para a análise. As campanhas geradas pelo Movimento configuram a construção de redes que contribuem para a promoção de sistemas agroalimentares sustentáveis e justos, da produção ao consumo. Até o início de 2022, o Movimento - que tem como uma de suas características um relevante produção agroecológica e orgânica - havia doado mais de 6 mil toneladas de alimentos e 1.150.000 marmitas durante a pandemia para pessoas em situação de vulnerabilidade, sendo a maioria dos alimentos proveniente de assentamentos e acampamentos do MST. Para promover essa ação, a sociedade civil também teve um papel importante, a partir do investimento financeiro realizado por doações de apoiadores, o que joga luz ao importante papel dos diferentes agentes sociais na promoção desses sistemas agroalimentares (Furtado, 2022).

A Central Única das Favelas (CUFA)/Mães da Favela também representa uma experiência interessante de práticas econômicas não-mercantis voltadas para a segurança alimentar de famílias vulneráveis durante a pandemia. Assim como o MST, a CUFA contou com colaboradores da sociedade civil para investir em cestas de alimentos e materiais de limpeza e higiene pessoal que foram destinadas à população feminina das periferias urbanas do Brasil, além de “cestas digitais” com auxílio financeiro no valor de R\$120, alcançando 1.502.358 famílias em 2020 (CUFA, 2020).

Para além do âmbito das ações solidárias, as outras economias também orientaram mudanças nas estratégias de produção e comercialização de alimentos diante das restrições impostas pela pandemia. O maior consumo de frutas, hortaliças e legumes e a produção de alimentos orgânicos foram impulsionadas por mudanças nos hábitos alimentares no período de crise. Nesse contexto, observa-se um papel importante das CSAs para os agricultores orgânicos, que relataram um aumento da demanda por hortaliças e frutas frescas durante o período (Futemma et al., 2021).

No Vale do Jequitinhonha mineiro, alternativas locais foram criadas pela agricultura familiar para comercializar alimentos no período da pandemia, como aponta o estudo de Galizoni (2021). Segundo a autora, grupos de venda por meio do contato telefônico, contato “boca a boca”, plataformas digitais e feiras virtuais com entrega de produtos em domicílio configuraram as estratégias desses grupos sociais diante da pandemia, com o apoio de ONGs, empresas públicas, sindicatos de trabalhadores rurais e associações. A venda de porta em porta e em pontos de rua, como na frente das residências, e a criação de pontos de venda de cooperativas também foram importantes estratégias para o encurtamento dos mercados de alimentos nessas regiões. Além disso, percebe-se que a venda nas próprias comunidades e a composição de diversos arranjos institucionais comunitários, como a divisão dos custos de transporte para levar os alimentos até a cidade, fizeram parte dessas estratégias (Galizoni, 2021).

Na Argentina, Marzi, Hintze e Vazquez (2020) apontam que o setor de alimentos frescos, em especial a horticultura familiar e agroecológica, mostrou-se inovador perante as dificuldades enfrentadas pelos setores da economia popular no período de crise. Em resposta às restrições impostas à circulação, os produtores adaptaram as estratégias de comercialização, a partir da promoção de mercados de proximidade, com a venda ambulante nos próprios bairros, envio ao domicílio e uso de redes sociais para oferecer os produtos. Pelo lado dos consumidores, observou-se uma multiplicação das redes de compras de cestas de produtos frescos e compras de organizações associativas, direto dos produtores familiares de sua localidade. Além disso, o estudo aponta para uma característica de resiliência presente nos empreendimentos solidários

argentinos, pois, mesmo sendo fortemente afetados pela crise, conseguiram manter postos de trabalho e até incluir novos trabalhadores. Como apontam os autores, a característica essencial dessas organizações é sustentar seus projetos associativos a partir de estratégias solidárias, buscando atravessar a crise “com todas e todos dentro” (Marzi, Hintze e Vazquez, 2020, p.206, tradução nossa). É uma característica que também sinaliza para a importância dessas organizações econômicas na promoção de sistemas alimentares sustentáveis, em que valores e arranjos institucionais constituídos no território garantem uma universalização de proteção social para o grupo.

Essas experiências representam uma conexão com as dimensões política e ética, possuindo caráter solidário, circular, popular, comunitário, com forte identificação com os territórios. São características importantes para promover soluções justas baseadas nos recursos e nas formas de organização local, fortalecer a produção agroecológica e os circuitos curtos de comercialização, e fazer frente ao desafio do desperdício de alimentos (FAO, 2018).

6. Considerações Finais

Diante das crises alimentares, do trabalho e ecológica, a relação entre as outras economias e a questão alimentar apresenta inúmeras possibilidades para a sociedade contemporânea, em especial para as camadas populares, que mais sofrem com essas crises. Essas possibilidades se fazem presente no caráter substantivo das outras economias, que são fundamentadas em aspectos éticos e políticos que entendem a alimentação como necessidade elementar para a reprodução da vida humana. Essa característica as difere da economia de mercado que rege o sistema agroalimentar hegemônico, onde o alimento é considerado mercadoria a ser acessada via mercado. Portanto, as outras economias apresentam características que as colocam com maior potencial para promover sistemas agroalimentares alternativos, voltados à Segurança Alimentar e Nutricional e garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada.

A partir da discussão e das experiências apresentadas no artigo, podemos identificar que as outras economias apresentam importantes contrapontos e soluções às fragilidades do sistema agroalimentar hegemônico. Primeiramente, diante da globalização e monopolização dos circuitos de produção e distribuição de alimentos, o enraizamento social das outras economias configura uma reterritorialização dos sistemas agroalimentares, favorecendo-se das condições endógenas e promovendo redes alternativas e circuitos curtos de comercialização capazes de garantir as culturas alimentares e as tradições culinárias. Somam-se a isso a contraposição e as alternativas que as outras economias fornecem à oferta massiva de alimentos ultraprocessados e às monoculturas de grãos, tendo em vista que estão inseridas em cadeias de produção locais, marcadas pela diversidade produtiva e pela produção de alimentos artesanais, o que configura uma diversificação e valorização das culturas alimentares, favorecendo a oferta de alimentos nutritivos e derivados de sistemas de conhecimento regionalizados.

Além disso, as outras economias apresentam possibilidades de investimento não dependentes do capital financeiro, como no caso das CSA e doações da sociedade civil, o que aumenta a resiliência dos sistemas alimentares diante de crises financeiras. Em oposição à concentração das redes de abastecimento em grandes supermercados, as outras economias apresentam alternativas de distribuição e comercialização de alimentos para os sistemas alimentares a partir do fortalecimento de mercados curtos de comercialização, o que contribui para o acesso a alimentos de qualidade, para a menor perda e desperdício de alimentos e desaparecimento dos desertos alimentares.

Portanto, as possibilidades existentes a partir das outras economias nos orientam a pensar em estratégias e políticas públicas que possam impulsionar a formação de sistemas agroalimentares sustentáveis, capazes de garantir o acesso universal ao alimento, em especial diante das rupturas e gargalos evidenciados pelo surgimento da crise sanitária. São experiências que vão ao encontro das metas propostas pela ONU para alcançar os objetivos da Agenda 2030.

Fortalecer e promover outras economias é mais do que resistir diante da economia de mercado, mas, sim, criar condições para garantir bens essenciais e elementares para a sobrevivência humana, como o alimento.

Referências

BELIK, W. **Estudo sobre a cadeia de alimentos**. Instituto Piratininga: Instituto Clima e Sociedade: Imaflora, 2020. Disponível em <https://www.ibirapitanga.org.br/wp-content/uploads/2020/10/EstudoCadeiaAlimentos_%C6%92_13.10.2020.pdf>

CANDIDO, A.C. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo-Rio de Janeiro: Editora USP, 2017.

CATTANI, A.D; LAVILLE, J.L.; GAIGER, L.I. HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: CES Edições Almedina, 2009. ISBN 978-972-40-3722-6

CATTANI, A. Construindo a Outra Economia. In: CATTANI, A.D; LAVILLE, J.L.; GAIGER, L.I. HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: CES/Edições Almedina, 2009.

CLAPP, J.; ISAKSON, S. R. Risky Returns: The Implications of Financialization in the Food System. **Development and Change**, v. 49, n. 2 (Forum 2018)), p. 437-460, 2018.

CHAKRABARTY, D. **The Climate od History in a planetary age**. The University of Chicago Press, 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional **Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): CONSEA, 2004.

CORAGGIO, J. C. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, G. et al. (Orgs.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000. Pp. 91-133.

CORAGGIO, J. L. Una lectura de Polanyi desde la economía social y solidaria en América Latina. Dossiê: teoria urbana e cidade neoliberal na América Latina. **Cadernos Metrópole**, v. 16, n. 31, jun. 2014.

CRIPPA, M.; SOLAZZO, E.; GUIZARDI, D.; MONFORTI-FERRARIO, F.; TUBIELLO, F.N.; LEIP, A. **Food systems are responsible for a third of global anthropogenic GHG emissions Nature Food**. Volume 2, p.198-209, 2021.

CUFA - Central Única das Favelas. **Fundo Solidário COVID-19 para Mães das Favelas**, 2020. Disponível em: <<https://www.maesdafavela.com.br/2020>> Acesso em 15/04/2022.

DENNING, M. Wageless Life. In: ECKERT, A. (Ed.). **Global Histories of Work**. Berlin, Boston: De Gruyter Oldenbourg, 2016, pp. 273-290. <https://doi.org/10.1515/9783110437201-011>

DINIZ, S. C. **Do precário ao plural**: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2016.

EAT-Lancet COMMISSION. Dietas Saudáveis a Partir de Sistemas Alimentares Sustentáveis: Alimento, Planeta, Saúde. **Relatório Sumário da Comissão EAT-Lancet. 2019**. Disponível em: <https://eatforum.org/content/uploads/2019/04/EAT-Lancet_Commission_Summary_Report_Portugese.pdf>

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2022**. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Rome, FAO. 2022. <https://doi.org/10.4060/cc0639en>

FAO. Los 10 Elementos de la Agroecología - Guía para la transición hacia sistemas alimentarios y agrícolas sostenibles, 2018 Disponível em: <<https://www.fao.org/3/I9037ES/i9037es.pdf>>

FEDERICI, S. **El patriarcado del salario**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

FIAN BRASIL. **Curso Básico de Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (Dhana) – Módulo I**. Brasília, 2020. Disponível em <<https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Curso-Dhana-M%C3%B3dulo-I-FIAN-Brasil.pdf>>

FRANÇA FILHO, G. C.; MAGNELLI, A.; EYNAUD, P. Para superar o divórcio entre economia e sociedade: diagnóstico crítico e notas propositivas em um contexto de pandemia. **Revista NAU Social**, v.11, n.20, p.167-184, maio-outubro 2020.

FRASER, N; JAEGGI, R. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. 1.ed. - São Paul: Boitempo, 2020.

FURTADO, L. **MST ultrapassa 6 mil toneladas de alimentos doados durante a pandemia**. MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2022. Disponível em: <<https://mst.org.br/2022/01/14/mst-ultrapassa-6-mil-toneladas-de-alimentos-doados-durante-a-pandemia/>> Acesso em 15/04/2022.

FUTEMMA, C; TOURNE, D. C. M.; ANDRADE, F. A. V.; SANTOS, N. M.; MACEDO, G. S. S. R.; PEREIRA, M. E. A pandemia da Covid-19 e os pequenos produtores rurais: superar ou sucumbir? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 16, n. 1, 2021.

GAGO, V. What are popular economies? Some reflections from Argentina. **Radical Philosophy**, 2.02, 2018.

GAGO, V. **La potencia feminista**. O el deseo de cambiarlo todo. Buenos Aires: Tinta Limón, 2019.

GAIGER, L. I. G. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.84, p.81-99, mar. 2009.

GALIZONI, F.M. **Águas da vida**: população rural, cultura e água em Minas. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2005.

GALIZONI, F. M. (Coord.). **Boletim informativo: Efeitos da Covid-19 sobre a agricultura familiar, alimentos e água no Vale do Jequitinhonha Mineiro**. 2021. Disponível em: <https://ufmg.br/storage/b/4/d/9/b4d98f635c882bd25963a09bf91f983d_16371687288002_2128415928.pdf>

GIBSON-GRAHAM, J. K. Diverse economies: performative practices for 'other worlds'. **Progress in Human Geography**, v. 32, n. 5, 2008.

GOODFELLOW, D. M. **Principles of Economic Sociology**, 1939.

GRISA C., ROZENDO, C. ., GOMES, R., ZIMMERMAN, S. A. Sistemas agroalimentares contemporâneos: dinâmicas, perspectivas e desafios. Raízes: **Revista De Ciências Sociais E Econômicas**, 41(2), 159–163, 2021. <https://doi.org/10.37370/raizes.2021.v41.756>

JAEGGI, R. Um conceito amplo de economia: economia como prática social e a crítica ao capitalismo. **Civitas - Revista De Ciências Sociais**, 18(3), 503-522, 2018 <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2018.3.32368>

MBOW, C., C. ROSENZEIG, L.G. BARIONI, T.G. BENTON, M. HERRERO, M. KRISHNAPILLAI, E. LIWENGA, P. PRADHAN, M.G. RIBRA-FERRE, T. SAOKOTA, F.N. TUBIELLO, Y. XU, 2019: Food Security. In: **Climate Change and Land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and**

greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems [P.R. Shukla, J. Skea, E. Calvo Buendia, V. Masson-Delmotte, H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, P. Zhai, R. Slade, S. Connors, R. van Diemen, M. Ferrat, E. Haughey, S. Luz, S. Neogi, M. Pathak, J. Petzold, J. Portugal Pereira, P. Vyas, E. Huntley, K. Kissick, M. Belkacemi, J. Malley, (eds.)]. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/4/2021/02/08_Chapter-5_3.pdf>

MACHADO, L.; CAVALIN, M.M; NASCIMENTO, A.P.B. **Da sustentabilidade aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Curso Multiplica ODS. NACE Sustentarea USP, 2022

MARZI, M. V. D.; HINTZE, S.; VAZQUEZ, G.. Argentina: políticas y organizaciones de Economía Social y Solidaria en la pandemia. **Otra Economía**, v. 13, n. 24: p. 201-215, julio-diciembre 2020.

MOLINA, W. S. L.; SANTOS, A. M.; CARVALHO, A. M. R.; ALMEIDA, N. Maria C.; SCHIOCHET, V. A Economia Solidária no Brasil frente ao contexto de crise COVID-19: trajetória, crise e resistência nos territórios. **Otra Economía**, v.13, n. 24, p. 170-189, julio-diciembre 2020.

MOONEY, P. **Too Big to Feed**: Exploring the Impacts of Mega-Mergers, Consolidation and Concentration of Power in the Agri-Food Sector. Geneva: IPES, 2017.

OSTROM, E., **Governing the Commons**: The Evolution of Institutions for Collective Action (Political Economy of Institutions and Decisions), Cambridge University Press, 1990

POLANYI, K. **A Grande Transformação**: origens políticas e econômicas de nossa época. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012a.

POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012b.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil** [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022. Disponível em <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>

RIBEIRO, E.M. **As estradas da vida**: história da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha. 1997. Tese (Doutorado em História) - IFCH/Unicamp, Campinas, 1997.

ROCHA, N.C; BURITY, V.T.A. O direito humano à alimentação no mundo e no Brasil. **Nexo Jornal**. Políticas Públicas. Disponível em: <<https://pp.nexojournal.com.br/linha-do-tempo/2021/O-direito-humano-%C3%A0-alimenta%C3%A7%C3%A3o-no-mundo-e-no-Brasil>> Acesso em 05/07/2022

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SEN, A.K. **Sobre ética e economia**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2002.

SOUZA SANTOS, B; HESPANHA, P. Nota à edição portuguesa. In: CATTANI, A.D; LAVILLE, J.L.; GAIGER, L.I. HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: CES/Edições Almedina, p.8-10. 2009.

UNITED NATIONS INTER-AGENCY TASK FORCE ON SOCIAL AND SOLIDARITY ECONOMY (UNTFSSSE). **What role for the social and solidarity economy in the post covid-19 crisis recovery?**. UNTFSSSE Statement, June 2020

VAN DER PLOEG, J.D. O Sistema Alimentar em Tempos de Covid-19: Ensinaamentos para o futuro. **Revista Agriculturas**. Cadernos para debate. n.3. 2021. Disponível em <<https://outraspalavras.net/wp-content/uploads/2021/10/211001-VanderPloegCriseAgricola.pdf>>